



EDITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2021
(SEI nº 20.22.0001.0021384.2021-95)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** - doravante denominado MPRJ, sediado na Avenida Marechal Câmara, 370, Centro, Rio de Janeiro, RJ, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, bem como pelas demais normas aplicáveis à espécie e disposições do presente Edital.

1. DO HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 Às 14h, do dia 20, do mês de setembro, do ano de 2021, na Sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro localizada na Av. Marechal Câmara, nº 370, Centro, Rio de Janeiro, RJ terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

1.2 - As pessoas jurídicas que pretendem participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, <http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.

1.3 Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:



ENVELOPE Nº 1

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2021
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA DE PREÇOS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2021
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

1.4 As licitantes interessadas poderão encaminhar os referidos envelopes via Correios ou outro meio similar de entrega, atentando para a data e horário final para recebimento dos mesmos, constantes do item 1.1 deste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Diretoria de Licitações e Contratos situada na Av. Marechal Câmara, nº 350, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ – CEP 20020-080 e conter os dois envelopes acima mencionados, que serão aceitos até o horário previsto para início da sessão pública.

2. DA VISITA TÉCNICA

2.1 - As pessoas jurídicas que pretendam participar da licitação poderão realizar visita técnica ao local onde serão realizadas as obras e serviços, para estudo das condições existentes, tais como acesso, condições de carga e descarga de equipamentos e perfeita avaliação dos serviços que compõem o Projeto Básico – Anexo I deste Edital, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos.

2.1.1 - As interessadas deverão previamente agendar a visita junto à Gerência de Fiscalização de Obras, através do telefone (21) 2262-7021 ou e-mail sea.do.gefo@mprj.mp.br.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 As licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1 **Titular da licitante**, deverá apresentar Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de microempreendedor individual – MEI; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI; Estatuto Social devidamente acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, na hipótese de sociedades anônimas (por ações), sendo que nos referidos documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



3.1.2 **Representante designado pela licitante**, além dos documentos mencionados no item 3.1.1, deverá, ainda, apresentar instrumento particular ou público de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da licitante em qualquer fase da licitação.

3.2 Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma licitante.

4. OBJETO

4.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica, especializada na área de construção civil, para execução de obras e serviços visando à construção do prédio-sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em Teresópolis, RJ, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes do Anexo I - Projeto Básico, que é parte integrante deste Edital.

4.1.1 O terreno destinado à construção do prédio, localiza-se na Rua Parú, nº 277, Agriões, Teresópolis, RJ.

5. DA ESTIMATIVA

4.1 O valor estimado da presente licitação importa em R\$ 20.460.223,89 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos).

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 1001.031220028.2165 PTRES 2165 FONTE 100 e Elemento de Despesa 4.4.90.51.07 do Orçamento do Exercício de 2021 e dos anos subsequentes.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1 Poderão participar da licitação as pessoas jurídicas que atendam aos requisitos deste Edital e seus Anexos, cadastradas ou não no Registro Central de Fornecedores do Estado – SIGA/RJ, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos - SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

7.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.3.1 penalizados com as sanções do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993 e do art. 7º da Lei nº 10.520/2002. A vedação configura-se independentemente do órgão que tenha aplicado a penalidade, seja entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta;

7.3.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.3.3 inadimplentes com obrigações assumidas perante o MPRJ;

7.3.4 na condição de cooperativas, sociedades simples e entidades sem fins lucrativos;

7.3.5 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;



7.3.6 que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

7.3.6.1 será permitida a participação de interessados em recuperação judicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação para habilitação.

7.3.7 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio ou que pertençam a um mesmo grupo;

7.3.7.1 Para fins de configuração da participação de pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo, verificar-se-á, dentre outros fatores, o quadro societário, vínculos gerenciais e administrativos e, principalmente, a afetação do caráter competitivo do certame.

7.3.8 que tenham sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento e Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Resoluções 1/2005 e 7/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público);

7.3.9 que tenham empregados que sejam parentes até o terceiro grau de Servidores ou Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Resolução 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público).

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 No envelope destinado à habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelos Membros da Comissão Permanente de Licitação, mediante apresentação dos originais, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual, acompanhado do documento de identificação da pessoa física/microempreendedor;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c.1) No caso de sociedades anônimas (por ações), o Estatuto Social deverá vir acompanhado:

I) dos documentos de eleição de seus administradores;

II) da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou a veiculação na imprensa oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, na forma do art. 94 c/c art. 289 da Lei nº 6.404/76;

d) No caso de licitante estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.



8.1.1.2 A licitante será dispensada da apresentação dos documentos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1.1 caso o inteiro teor de seu conteúdo esteja disponível para visualização no SICAF.

8.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito ou positivas com efeito de negativas, ressalvada a hipótese da licitante não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá apresentar a Certidão de Não Contribuinte;

c.1) Caso a licitante seja estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, a Certidão Negativa de ICMS ou a Certidão para não contribuintes do ICMS ou ainda, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, somente terão validade quando apresentadas em conjunto com a Certidão emitida pela Procuradoria da Dívida Ativa, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 033 de 24 de novembro de 2004;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

e) Carta assinada pelo responsável ou procurador da licitante com a seguinte declaração: “Declaramos, sob as penas da lei, que em rigorosa observância ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não há em nosso quadro de empregados qualquer menor de dezoito anos exercendo trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem, tampouco, qualquer menor de dezesseis anos. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que caso venhamos a empregar algum menor de dezesseis anos, somente o faremos quando o mesmo for maior de quatorze anos e unicamente na condição de aprendiz”.

8.1.2.1 Caso a licitante detentora do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de seu principal estabelecimento, emitida até 90 (noventa) dias da data da licitação;

a.1) As certidões comprobatórias do atendimento do subitem acima, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

a.2) Quando as certidões apresentadas houverem sido expedidas em outros Municípios, ou no Distrito Federal, deverão vir acompanhadas de documento que comprove o número de cartórios de distribuição existentes no local da sede da licitante.



a.3) Será dispensada de apresentar o documento a que se refere a alínea “a.2” a licitante que apresentar certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo próprio Poder Judiciário de sua sede, da qual se possa inferir o número de cartórios.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, nos termos do artigo 31, inciso I, parágrafo 5º da Lei 8.666/93, demonstrando que possui Índice de Solvência Geral (ISG), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro), sendo os referidos índices calculados da seguinte forma:

$ISG = AT : (PC + ELP)$

$ILG = (AC + RLP) : (PC + ELP)$

$ILC = AC : PC$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

b.1) Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável da licitante, observado o seguinte:

I) **Quando se tratar de S.A.:** balanço patrimonial devidamente registrado, na forma do artigo 289, caput e parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76;

II) **Quando se tratar de pessoas jurídicas constituídas há menos de um ano:** balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela sociedade.

b.2) Na hipótese de a licitante apresentar resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes deste subitem, a licitante poderá comprovar ter capital mínimo ou patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

b.3) A licitante será dispensada do envio dos documentos previstos na alínea “b.1”, caso os mesmos constem integralmente do SICAF.

8.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de Registro e/ou inscrição junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do Estado em que for sediada;

b) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, comprovando que a licitante possui aptidão para a realização de serviços compatíveis com o objeto da licitação, conforme especificado abaixo, sendo vedada a soma de diferentes atestados para fins de apresentação, em razão da necessidade de comprovação de *expertise* na execução de projetos deste porte.

b.1) construção de edificação com, no mínimo, 1.950m² (mil novecentos e cinquenta metros quadrados) de área construída;

b.2) execução de, no mínimo, 1.687m (mil seiscentos e oitenta e sete metros) de estaca



hélice;

b.3) montagem de painéis e execução de, no mínimo, 1.238m² (mil duzentos e trinta e oito metros quadrados) de laje alveolar;

b.4) execução de estruturas em concreto armado, em edificações, com, no mínimo, 711m³ (setecentos e onze metros cúbicos);

b.5) execução de instalações elétricas e hidráulicas em edificação similar às edificações destinadas à ocupação/uso de escritórios administrativos ou técnicos, com área mínima construída de 1.950m² (mil novecentos e cinquenta metros quadrados);

b.6) execução de instalações de sistema de climatização em edificação similar às edificações destinadas à ocupação/uso de escritórios administrativos ou técnicos, com área mínima construída de 1.950m² (mil novecentos e cinquenta metros quadrados);

b.7) execução de, no mínimo, 863m² (oitocentos e sessenta e três metros quadrados) de piso elevado;

b.8) elaboração de projeto executivo e dimensionamento de sistema de rebaixamento de lençol freático em área mínima de 314m² (trezentos e quatorze metros quadrados);

b.9) elaboração de projeto executivo de escoramento metálico com volume mínimo de 2.061m³ (dois mil e sessenta e um metros cúbicos);

c) Comprovação, para atendimento da qualificação técnico-profissional, de que a licitante possui em seu corpo técnico permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica, registrado no CAU/CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva certidão de Acervo Técnico, CAT, expedida pelo Conselho, que comprove ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviço com características semelhantes às da obra ou serviço de Engenharia a ser licitado, observando-se as parcelas de maior relevância constantes da alínea “b” do subitem 8.1.4;

c.1) A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; ou através do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio ou do contrato de prestação de serviço, em que conste o profissional apresentado nos atestados de capacidade técnica.

d) Declaração expedida pelo Órgão Fiscalizador do MPRJ de que a licitante efetuou visita ao local das obras e serviços, nos termos do Anexo I deste edital, ou ainda, declaração da licitante de que, embora não tenha feito à visita técnica, concorda com os aspectos peculiares à execução dos serviços, não cabendo reclamações futuras ou qualquer impedimento à execução do objeto supracitado, caso a licitante opte em não realizar a visita (Anexo IV deste Edital).

8.2 As licitantes cadastradas no Cadastro de Fornecedores do Estado – SIGA/RJ, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos - SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, desde que apresentem o respectivo Certificado de Registro Cadastral em vigor, com todas as certidões referentes ao cadastramento dentro de seu prazo de validade e com os respectivos índices contábeis, estão dispensadas de apresentar os documentos referidos nos subitens 8.1.2, letras “a”, “b”, “c” e “d”, devendo estas licitantes, no entanto, apresentar a Carta exigida no subitem



8.2.1 deste Edital.

8.2.1 As licitantes a que se refere o subitem anterior deverão apresentar Carta assinada por seu responsável ou procurador com os seguintes termos: **“Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo à habilitação, superveniente à expedição do Certificado de Registro Cadastral ora apresentado e comprometemo-nos a comunicar a ocorrência de quaisquer fatos impeditivos supervenientes à presente licitação”.**

8.3 As microempresas e as empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, os seguintes documentos:

8.3.1 No caso das microempresas, declaração, sob as penas da lei, de que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

8.3.2 No caso das empresas de pequeno porte, declaração, sob as penas da lei, de que auferir, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

8.3.3 No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte com início de atividade no ano-calendário corrente, declaração, sob as penas da lei, de que não se enquadra na hipótese do § 10 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.3.4 - Declaração, sob as penas da lei, que não se encontra em qualquer das situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9. DA PROPOSTA

9.1. A proposta de preços, apresentada no envelope nº 2, será redigida em língua portuguesa, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, podendo ser apresentada no formulário fornecido pelo MPRJ - Anexo II, ou em folha timbrada da licitante, desde que sejam mantidas a mesma formatação, as mesmas rubricas e as mesmas colunas, bem como todas as demais características do formulário fornecido pelo MPRJ, devendo conter:

9.1.1 a razão social e CNPJ da licitante;

9.1.2 especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;

9.1.3 o percentual de desconto, o valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante do Anexo II deste Edital.

9.1.3.1 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, BDI, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.1.3.2 Caso a licitante vencedora seja estabelecida no Rio de Janeiro, na ocasião da emissão da Nota Fiscal, se for o caso, deverão ser observadas as disposições do Convênio ICMS nº 026/03, regulamentado pela Resolução SEFAZ nº 971/2016.

9.2 A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, o seu formulário de proposta de preços, ofertando desconto percentual sobre o Total Geral estimado para a execução da obra e serviços pelo MPRJ, que incidirá linearmente sobre todos os valores unitários da planilha orçamentária do MPRJ.



9.2.1 O desconto percentual deverá ser de até 2 (duas) casas decimais, sob pena de sua desclassificação.

9.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto, admitindo-se ainda que, verificada qualquer divergência meramente aritmética entre os preços consignados na proposta de preço após a conferência efetuada pelo Órgão Fiscalizador do MPRJ, os valores serão por este retificados e validada a proposta pelos Membros da Comissão Permanente de Licitação.

9.4 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

9.5 A licitante deverá apresentar cotação para todos os itens da proposta de preços, sob pena de sua desclassificação.

9.6 Qualquer esclarecimento poderá ser feito através de documento anexado à proposta de preços, ficando a critério da Comissão considerá-lo ou não como subsídio para instrução processual.

9.7 **Juntamente com a proposta de preços, a licitante deverá apresentar:** Declaração de que a) é responsável por todas as informações prestadas a Comissão Permanente de Licitação, não havendo como alegar, sob qualquer hipótese, a inveracidade ou inexecutabilidade de sua proposta; b) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, ou indiretamente, informado ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; c) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; d) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação; e) o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante, antes da respectiva adjudicação do objeto; f) o conteúdo apresentado para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do MPRJ antes da abertura do certame; g) detém plenos poderes e informações para declarar o contido nas alíneas “a” a “f” e que está plenamente ciente do teor e da extensão do declarado, inclusive da possibilidade de aplicação das penalidades previstas neste edital, sem prejuízo das sanções criminais e civis”.

9.7.1 **A ausência do documento mencionado no subitem anterior implicará a desclassificação da proposta.**

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1 No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença das licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02 e procederá à abertura da licitação.

10.1.1 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente as licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.2 Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.3 A seguir, serão identificados as licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.



10.3.1 O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos representantes das licitantes presentes.

10.4 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.4.1 SICAF;

10.4.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

10.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.6 Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.6.1 Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação das licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

10.6.2 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando as licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todas as licitantes, permanecerão em poder da Comissão Permanente de Licitação, até que seja concluída a fase de habilitação.

10.7 À licitante inabilitada será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.8 Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços das licitantes habilitadas serão abertos, na mesma sessão, desde que todas as licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.8.1 Não ocorrendo a desistência expressa de todas as licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelas licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

10.8.2 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar a licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.9 As propostas de preços das licitantes habilitadas serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

10.10 Se todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

10.11 Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.



10.12 Será considerada inabilitada a licitante que:

10.12.1 Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SUBLO/SEPLAG ou SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.12.2 Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

10.13 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério do MPRJ, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.13.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado ao MPRJ convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.14 A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação das licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O critério de julgamento da presente licitação será o de menor preço global, desde que atendidos os requisitos exigidos neste Edital e seus Anexos.

11.2 Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos representantes das licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das referidas propostas.

11.3 A Comissão Permanente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

11.4 Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5 As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.6 A Comissão Permanente de Licitação verificará o porte das licitantes classificadas. Havendo microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for pessoa jurídica de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

11.6.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.6.2 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 5 (cinco) minutos, contados a partir de sua convocação, o que ocorrerá pessoalmente na pessoa do seu representante presente na sessão ou através de e-mail ou outro meio hábil, na hipótese de ausência.



Neste caso, a convocação deverá ser registrada nos autos do procedimento e a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos referidos autos do processo licitatório.

11.6.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido no subitem anterior.

11.7 Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa ou empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão Permanente de Licitação convocará as licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.8 Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.9 Será desclassificada a proposta que:

11.9.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seu Anexo I;

11.9.2 conter vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.9.3 não apresentar as especificações técnicas exigidas no Anexo I do Edital;

11.9.4 conter oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;

11.9.5 que consignarem preços excessivos, assim considerado aquele superior ao valor-limite estabelecido pelo MPRJ, conforme assinalado na planilha orçamentária e disposto neste Edital;

11.9.6 apresentarem preço simbólico, irrisório ou de valor zero, que serão reputadas inexequíveis.

11.9.6.1 A proposta, também, poderá ser considerada manifestamente inexequível, assim considerada aquelas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto desta licitação.

11.9.6.2 Nessa situação, será facultada a licitante o prazo de 2 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.9.7 não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme alínea “a” do item 10.2 deste Edital.

11.10 Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão Permanente de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.11 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão Permanente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.12 Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência as licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado as demais licitantes, que

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

poderão apresentar contrarrazões no mesmo prazo.

11.13 Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado a licitante vencedora.

11.14 A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os representantes das licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.15 O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (DOe-MPRJ: www.mprj.mp.br).

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

12.2 Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3 O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados à Diretoria de Licitações e Contratos do MPRJ, através do correio eletrônico licitacao@mprj.mp.br, nos dias úteis, no horário das 10:00 às 18:00 horas.

12.5 O recurso será dirigido ao Secretário-Geral do Ministério Público, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

12.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não credenciado ou não identificado no processo para responder pela licitante.

12.6.1 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 A decisão da Comissão Permanente de Licitação estará sujeita à deliberação por parte do Secretário-Geral do Ministério Público, quanto à adjudicação e homologação do objeto da licitação.

12.7.1 A Comissão Permanente de Licitação e o Secretário-Geral do Ministério Público poderão, em qualquer fase, interpor recurso de ofício de suas próprias decisões ao Procurador-Geral de Justiça, ainda que todos os interessados e licitantes tenham expressamente renunciado ao direito de recorrer.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos arts. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.

13.1.1 A adjudicatária terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das



MPRJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

sanções previstas neste Edital.

13.1.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, o MPRJ poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.1.3 O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo MPRJ.

13.2 O contrato a que se refere a presente licitação poderá, a critério do MPRJ e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei nº 8.666/93.

13.2.1 Na hipótese de haver necessidade de Termo Aditivo em virtude de acréscimo quantitativo de itens já constantes da Proposta de Preços/Planilha Orçamentária será adotado o respectivo valor unitário consignado na Planilha Orçamentária elaborada pelo MPRJ, aplicando-se o mesmo percentual de desconto em relação ao preço ofertado pela licitante vencedora em sua proposta de preços.

13.2.2 No caso do Termo Aditivo contemplar itens não existentes anteriormente na Proposta de Preços/Planilha Orçamentária, será adotado o seguinte critério:

a) tratando-se de material e/ou serviços previstos no Catálogo de Referência de Custos da EMOP, o preço unitário adotado será o da data base utilizada para a formulação da proposta de preços da licitante vencedora, aplicando-se o mesmo percentual de desconto ofertado na referida proposta;

b) tratando-se de material e/ou serviços não previstos no Catálogo de Referência de Custos da EMOP, o preço unitário será igual ao menor dos preços obtidos em pesquisa junto a, no mínimo, 04 (quatro) fornecedores aplicando-se a este o mesmo percentual de variação ofertado pela licitante vencedora em relação ao valor global da estimativa oficial do MPRJ.

13.2.3 Na hipótese de aditamento para acréscimo de serviços de administração local, decorrente de acréscimo do preço contratado, será adotado para o preço do aditamento de administração local o mesmo percentual de acréscimo do valor total do aditamento em relação ao preço global inicialmente contratado, com o fim de manter-se ao final da execução a proporcionalidade do custo de administração local em relação ao total executado.

13.2.4 Na hipótese do Termo Aditivo ocorrer após 12 meses contados da data base da proposta de preços da licitante vencedora, o preço unitário será calculado com base na variação de preços do Catálogo de Referência da EMOP da data do Termo Aditivo, respeitado o percentual de desconto em relação ao preço ofertado pela licitante vencedora em sua proposta de preços

13.3 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, caso solicitado, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocada outra licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.

13.4 - Ao comparecer para assinar o contrato a licitante vencedora deverá apresentar à Diretoria de Licitações e Contratos, como condição indispensável à respectiva assinatura, os seguintes documentos:

a) cópia autenticada do seu registro no CREA da jurisdição de sua sede visado no CREA/RJ, nos termos do artigo 1º, inciso II da Resolução do CONFEA nº 413 de 27 de junho de 1997, aplicando-se a mesma regra no CAU/RJ, conforme o caso;

b) cópia autenticada do comprovante de regularidade do pagamento da anuidade no CREA e/ou no CAU, da



licitante e dos profissionais detentores dos atestados de capacidade técnica.

14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

14.1 - O regime de execução do objeto desta licitação, inclusive os critérios de recebimento e aceitação e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico (Anexo I do Edital).

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico (Anexo I do Edital) e no Termo de Contrato (Anexo III).

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado através do processo de fatura, em conformidade com a Lei 287/79, mediante crédito em conta corrente da licitante vencedora, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

16.2 O pagamento será efetuado em 18 (dezoito) etapas, de acordo com os percentuais correspondentes a cada etapa de execução do objeto da licitação, conforme as especificações constantes do Cronograma Físico-Financeiro.

16.2.1 A critério do Órgão Fiscalizador do MPRJ, poderão ser fracionadas as etapas de execução, para efeito de medição, faturamento e pagamento, visando sempre o melhor desempenho da execução da obra, consoante previsto neste Edital e seus Anexos.

16.2.2 Os serviços previstos na Planilha Orçamentária integrante do Anexo I do Edital, relativos à administração local e às despesas gerais serão pagos com quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados.

16.3 O pagamento será efetuado 20 (vinte) dias após a data da conclusão de cada etapa de execução (ou fração), mediante apresentação da fatura correspondente à conclusão de cada etapa de execução, através do correio eletrônico sea.do@mprj.mp.br ou, ainda, no Órgão Fiscalizador do MPRJ, situado na Avenida Marechal Câmara, nº 350, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, instruído com o necessário atesto e documentos listados no Manual de Liquidação do MPRJ, bem como, com relação à última medição, dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da execução do objeto do Contrato, emitidos pelo Órgão Fiscalizador do MPRJ, nos termos do Anexo I do Edital.

16.3.1 A ausência da comprovação do atendimento de quaisquer encargos e obrigações previstos no presente Edital e seu Anexo I, bem assim a não apresentação de quaisquer documentos exigidos, inclusive para instrução da fatura, acarretará a interrupção do pagamento à licitante vencedora, até que seja suprida a exigência.

16.4 Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo MPRJ da fatura apresentada pela licitante vencedora, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, que será feita “pro rata die”, para tal utilizando-se o menor índice de inflação, correspondente aos dias de atraso, dentre o IGPM/FGV e o IPCA/IBGE, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata die”.

16.5 A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação e/ou na apresentação do documento de crédito relativo à fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à licitante vencedora (artigo 40, inciso XIV, alínea “d”, da Lei 8.666/93).



16.6 Caso o pagamento devido seja antecipado pelo MPRJ, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, cujo valor será determinado pela variação “pro rata die” do menor índice de inflação, correspondente aos dias de antecipação, dentre o IGPM/FGV e o IPCA/IBGE.

16.7 O critério de reajuste atenderá o disposto na Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, ou em outra legislação que venha substituí-la, tomando-se como data inicial da contagem da periodicidade anual a data de apresentação da proposta de preços da licitante vencedora.

16.7.1 O índice a ser adotado para o reajuste a que se refere o item anterior será o INCC/FGV, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

16.8 O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da licitante vencedora, no prazo máximo de 30 dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item 16.7.

16.8.1 Caso não seja observado o prazo fixado no subitem 16.8, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo-Geral do MPRJ.

16.8.2 Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a data do orçamento em que se baseou a proposta de preços ou do último reajuste concedido.

16.9 Será descontado de pagamento devido pelo MPRJ o valor de eventual multa imposta à licitante vencedora em razão de infração ocorrida durante a execução contratual.

17. DAS PENALIDADES

17.1 Pela inobservância dos termos deste Edital, bem como da Lei nº 8.666/93, ficam as licitantes sujeitas às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil:

I - advertência;

II - multa, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor estimado da licitação;

III - suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

17.2 A multa prevista no subitem 17.1, II pode ser aplicada isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e tem o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

17.3 A licitante que praticar quaisquer das condutas elencadas no inciso IV do art. 5º da Lei n. 12.846/2013 ficará sujeita às sanções previstas no art. 6º, I e II do mesmo diploma legal.

17.4 - Os procedimentos de gestão administrativa relativos à apuração e à aplicação das sanções acima estipuladas observarão os parâmetros estabelecidos na Resolução GPGJ nº 2.189/2018 (Anexo V deste Edital).



18. DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

18.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante o MPRJ, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.2 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo o MPRJ julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

18.3 As impugnações aos termos do Edital deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e encaminhados por meio eletrônico, através do endereço licitacao@mprj.mp.br, nos dias úteis, entre 10:00 e 18:00 horas.

18.4 Quaisquer esclarecimentos acerca do instrumento convocatório da licitação, inclusive os de ordem técnica, deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e encaminhados por meio eletrônico, através do endereço licitacao@mprj.mp.br, conforme horário acima e no mesmo prazo constante do item 18.1.

18.5 Devido à política de segurança virtual implantada no MPRJ, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico licitacao@mprj.mp.br poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade da interessada confirmar o recebimento do e-mail pelos telefones (21) 2215-1897, 2550.9111 ou 2215.7447.

18.6 Os resultados das impugnações, os questionamentos respondidos, bem como quaisquer comunicações relevantes que se fizerem necessárias ao certame, estarão disponíveis no site do MPRJ <http://www.mprj.mp.br>, para ciência de quaisquer interessados.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o MPRJ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

19.5 Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.6 É facultado à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.



19.6.1 Os documentos apresentados em fotocópia só serão aceitos quando nítidos. Em caso de dúvida quanto à autenticidade dos mesmos, a Comissão Permanente de Licitação se reserva o direito de solicitar os originais para simples conferência, exigência esta que deverá ser cumprida pelas licitantes no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da ciência pelos respectivos representantes.

19.7 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação e do contrato.

19.7.1 Sem prejuízo do disposto no subitem anterior, o MPRJ poderá, a qualquer tempo, diligenciar junto aos órgãos competentes no sentido de comprovar a veracidade das informações e documentos apresentados pelas licitantes durante o certame e no período da execução das obrigações contratuais.

19.8 O MPRJ se reserva o direito de anular a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e, conseqüentemente, declarar unilateralmente rescindido o contrato, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93. A rescisão poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 79, da Lei 8.666/93.

19.8.1 O MPRJ procederá, ainda, à anulação da nota de empenho e ao conseqüente cancelamento do contrato, caso seja constatado que a licitante vencedora praticou falsidade nas declarações e/ou em qualquer outro documento apresentado, bem como por qualquer descumprimento das normas deste Edital e seus Anexos, sem prejuízo das sanções penais, civis e administrativas cabíveis, previstas neste Edital e na legislação aplicável à matéria.

19.9 A licitante vencedora obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (artigo 55, XIII, da Lei 8.666/93).

19.9.1 O Órgão Fiscalizador do MPRJ ou os órgãos do MPRJ responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da licitante vencedora.

19.10 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro.

19.11 Quaisquer dúvidas relevantes na interpretação do Edital e seus Anexos, bem como os casos omissos serão decididos pela Comissão Permanente de Licitação e solucionados à luz da legislação aplicável, especialmente a Lei 8.666/93.

19.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.12.1 Anexo I - Projeto Básico e seus Anexos;

19.12.2 Anexo II - Formulário da Proposta de Preços;

19.12.3 Anexo III - Minuta do Termo de Contrato;

19.12.4 Anexo IV - Declaração para licitante que não realizar visita técnica;



19.12.5 Anexo V - Resolução GPGJ nº 2.189/2018 (Procedimentos para apuração e aplicação de sanções administrativas).

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2021.

Vinicius Marques Sampaio
Presidente da Comissão Permanente de Licitação